

PUBLICIDADE LEGAL

ARGONÁUTICA ENGENHARIA E PESQUISAS LTDA.
CNPJ/ME nº 14.947.476/0001-49 e NIRE JUCESP 35.226.280.445
Extrato da Alteração do Contrato Social Datada de 30 de setembro de 2022 que Delibera sua Transformação em Sociedade Anônima
Em 30/09/2022, **Felipe Ruggeri, Rodrigo Sauri Lavieri, Guilherme Feitoso Rosetti e Rafael De Andrade Watai**, sócios da **ARGONÁUTICA ENGENHARIA E PESQUISAS LTDA. ("Sociedade")** aprovaram, por unanimidade: **(a)** a alteração do endereço da sede da Sociedade para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Vereador José Diniz, n.º 3.720, salas 709 e 710, CEP 04.620-900; e **(b)** a transformação da Sociedade de uma sociedade empresária de responsabilidade limitada para uma sociedade anônima de capital fechado. Como consequência da transformação, os sócios da Sociedade aprovaram: **(I)** a alteração da denominação social da Sociedade, que passa a ser **"ARGONÁUTICA ENGENHARIA E PESQUISAS S.A."**; **(II)** a conversão das 3.000 (três mil) atuais quotas representativas do capital social da Sociedade em 3.000 (três mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(III)** a eleição dos seguintes membros da Diretoria da Sociedade, **Felipe Ruggeri** - CPF 361.676.568-43 e **Rodrigo Sauri Lavieri** - CPF 319.231.138-01, ambos como Diretores sem designação específica; **(IV)** a definição da remuneração anual global dos membros da Diretoria; e **(V)** a abertura dos livros societários da Sociedade. Os documentos que aprovaram a referida transformação foram registrados na JUCESP em 31/10/2022 sob nº 642.395/22-6, com NIRE 3530006033-8.

OFC Investimentos e Participações Ltda.
CNPJ: 14.806.902/0001-24 - NIRE: 35.226.209.317
Ata de Reunião de Sócios Realizada dia 08 de dezembro de 2022
Dia 08/12/2022, às 16:00 hs, na sede da sociedade em Itaberá - SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença** - todos os sócios, conforme assinatura ao final do presente instrumento. **Deliberações unânimes** - Reduzir o capital social no valor de R\$ 1.523.715,00 nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de modo que, o capital social que atualmente é de R\$ 3.000.000,00, passará a ser de R\$ 1.476.285,00. A redução do capital social será realizada restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios. **Encerramento e Aprovação da Ata** – Terminado os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes. Itaberá (SP), 08 de dezembro de 2022. **Arlivaldo Fellet; Andrea Fellet Orsi; Florindo Orsi Júnior; Ricardo de Paula Machado Cunha; Vanessa Kraide Fellet Cunha**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 271/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 53.771/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 216/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ALTEAMENTO DO MURO DA EMEIEF ARACY NOGUEIRA GUIMARÃES.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 10/01/2023 às 9:30 horas
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 272/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 52.823/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 217/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA E TRANSPORTE DE VALORES DO PEDÁGIO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA RODOVIA CÁSSIO DE FREITAS LEVY.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 11/01/2023 às 9:30 horas
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o Interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.
Limeira, 20 de dezembro de 2022
Departamento de Gestão de Suprimentos

SEED Consultoria em Gestão Empresarial S.A.
CNPJ/ME 19.696.544/0001-68 - NIRE 35.300.462.319
Anúncio de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocamos os Srs. Acionistas, na forma dos artigos 123, 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76 (a "Lei das S.A."), e artigo 9 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em AGOE, a ser realizada no dia 26/12/2022, às 9hs, por meio de vídeo conferência a ser realizada no link meet.google.com/zyv-iwaf-bbv, conforme permitido pela Instrução DREI nº79 de 14/04/2020, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõe a ordem do dia: **(I)** Tendo em vista **(a)** a situação econômico-financeira da Companhia, **(b)** a ausência de manifestação dos acionistas e **(c)** as sucessivas cobranças que tem chegado em nome da Companhia nos termos do Anexo I, a administração submete à aprovação dos acionistas a alteração do prazo de duração da Companhia, nos termos do artigo 122, inciso I da Lei das S.A.; **(II)** Em razão da situação econômico-financeira da Companhia, a administração propõe a discussão de plano para continuidade da Companhia; Conforme evidenciado no Anexo I, as incessantes e ininterruptas cobranças em nome da Companhia e o rápido aumento do endividamento da Companhia, é necessária a discussão de plano e aporte de valores para que a Companhia mantenha a operação de suas atividades. **(III)** Discutir, rejeitar ou aprovar as contas da administração referentes ao exercício anterior, nos termos do artigo 122, inciso III da Lei das S.A.; e **(IV)** Autorização aos Administradores: Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos acionistas da Companhia. SP, 16/12/2022. **Sidnei Jose Raulino** - Diretor Presidente.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A
CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824
AVISO DE REABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08.004/2022 - SEI Nº 7010.2021/0007094-1 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE REDE WIRELESS COM SUPORTE, MANUTENÇÃO E SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO - ARP WIFI
A Pregoeira designada pelos Srs. Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Infraestrutura e Tecnologia (em exercício) da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.**, para a condução do Pregão Eletrônico em epígrafe, informa que após aprovação para prosseguimento deste processo pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, encontra-se reaberto o certame em referência. **O encaminhamento da Proposta de Preços deverá ser feito a partir da divulgação até às 10 horas do dia 03/01/2023, no site www.comprasnet.gov.br, sendo a sessão de abertura das propostas às 10 horas do mesmo dia.**

CGU produz dois pareceres sobre acesso a cartão de vacinas de Bolsonaro

A menos de 15 dias do fim do governo de Jair Bolsonaro (PL), a Controladoria-Geral da União (CGU) produziu dois pareceres sobre um pedido de acesso ao cartão de vacinação do presidente da República. As minutas apontam para direções contrárias: uma nega o pedido; a outra, concede. O procedimento nunca foi adotado na CGU e ocorre em meio a disputas internas pelo preenchimento de cargos de comando no novo governo.

A decisão sobre atender ou não o pedido apresentado por uma cidadã é da Ouvidoria-Geral da CGU. O setor é o ponto nevralgico no processamento dos pedidos de informação

apresentados ao governo federal. Tem o poder de determinar a entrega de documentos quando o ministério a quem o pedido foi direcionado não quer liberar. O pedido de acesso ao cartão de vacinação de Bolsonaro foi apresentado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que negou a demanda, alegando que se tratava de uma informação pessoal.

Em 2021, caso semelhante chegou à CGU e foi negado com imposição de sigilo de 100 anos sob o argumento de que a Lei de Acesso à Informação (LAI) garante a proteção a dados relativos à vida privada. Jair Bolsonaro passou a pandemia de covid-19 colocando em dúvi-

da a eficácia das vacinas. Após o pedido de acesso ao cartão de vacina do presidente ser negado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a autora do requerimento recorreu à CGU. Segundo a LAI, a Controladoria é a instância de apelação. Desde o dia 15 de setembro, a cidadã vinha insistindo que a informação deveria ser liberada porque o próprio Bolsonaro tinha feito uma “live” dizendo que não tinha problema: “já falei pra minha assessoria quem quiser meu cartão de vacina pode mostrar”, afirmou na transmissão por rede social.

Antes de decidir, a CGU pediu esclarecimentos ao Planalto. O Gabinete Pessoal do presiden-

te alegou que não havia consentimento expresso de Bolsonaro para liberar a informação, nem tinha condição de consultá-lo, insistindo que o pedido envolvia um dado pessoal, protegido por lei.

Seguindo as decisões mais recentes da CGU, a analista responsável pelo caso elaborou, então, um parecer negando o acesso. Na reta final da gestão Bolsonaro, a chefia da Ouvidoria sugeriu que o pedido poderia ter outra conclusão: ser atendido se o presidente concordasse em liberar seu cartão de vacinação. Um segundo parecer foi, então, produzido. Os dois textos estão sob a forma de minutas, esperando decisão.

Claudia Rodrigues coloca imóveis à venda para custear cirurgia de R\$ 26 milhões

Em entrevista ao O Globo, Claudia Rodrigues contou que vai fazer uma cirurgia para remediar algumas sequelas provocadas pela esclerose múltipla, doença com a qual ela foi diagnosticada em 2006. A esperança é que, depois de passar pelo procedimento, a atriz possa voltar a trabalhar. “Estou bem animada. Essa cirurgia vai sarar minhas sequelas. É genial”, disse.

A cirurgia vai ser realizada nos EUA, entre os meses de março e abril. Adriane Bonato, namorada da atriz, explicou que a operação é nova e utiliza uma tecnologia que dispensa a abertura de qualquer parte do corpo do paciente.

“O médico mapeia o corpo, vê o que falta de vitaminas etc, para poder equilibrar a pessoa novamente. É tudo feito através de um software. Não tem anestesia, não tem corte. Nada invasivo”, contou.

O investimento é alto, tanto quanto as expectativas - a cirurgia vai custar US\$ 5 milhões ou R\$ 26,5 milhões. Para conseguir pagar pelo procedimento, a atriz colocou alguns de seus imóveis à venda. “Só precisamos adaptar o pagamento. Até porque, tendo a melhora esperada, ela vai voltar a fazer o que mais gosta, que são os espetáculos dela, e vai voltar a ganhar dinheiro. Eu também volto a trabalhar. E a gente paga isso”, disse Adriane. O plano é que Cláudia volte aos palcos dois dias após receber alta, revelou Adriane. Elas querem fazer um espetáculo em que possam falar da doença e levar uma palavra de esperança para as pessoas. “Seremos eu e ela no palco falando da esclerose múltipla, do tratamento até aqui e dos resultados que ela teve. A ideia é usá-la como exemplo para contribuir com outras pessoas”, afirmou.

Deslizamento suspende circulação de trem de passageiros entre ES e MG

O trem de passageiros da estrada férrea que liga Cariacica, na região metropolitana de Vitória, no Espírito Santo, a Belo Horizonte, em Minas Gerais, está com a circulação temporariamente suspensa nos dois sentidos desde ontem, 20. A medida, tomada em razão de deslizamentos provocados por fortes chuvas em áreas próximas à ferrovia, visa a garantir a segurança dos passageiros. Ainda não há previsão para o funcionamento ser restabelecido.

Segundo a Vale, empresa responsável pelo serviço, nesta terça-feira também foram sus-

pensas as viagens entre o trecho Itabira e Nova Era, em ambos os sentidos. “Equipes de manutenção estão atuando para que sejam restabelecidas as condições adequadas para retomada da operação do trem de passageiros”, disse a empresa em comunicado.

Os passageiros que não conseguirem embarcar podem remarcar o bilhete ou pedir o reembolso do valor investido na compra da passagem no prazo de até 30 dias. Para obter mais informações, as pessoas devem ligar para o telefone 0800 285 7000.

Bicheiro Rogério Andrade é solto pelo STJ e usará tornozeleira

A Justiça do Rio determinou na terça-feira, 20, a soltura do bicheiro Rogério Andrade, preso desde agosto em Bangu 8. O alvará de soltura foi expedido após decisão do Superior Tribunal de Justiça, que aceitou um pedido de habeas corpus da defesa. Andrade terá de usar tornozeleira eletrônica. O bicheiro terá ainda de comparecer periodicamente ao juízo para comprovar

suas atividades. Ele está proibido de manter contatos com outros réus e de deixar a cidade do Rio. A Justiça determinou ainda que ele permaneça em casa durante a noite. Caso descumpra alguma das medidas cautelares poderá voltar a ser preso. Rogério Andrade foi preso em agosto deste ano, depois de operação da Polícia Federal que buscava seu filho, Gustavo Andrade.

Marginal do Pinheiros: Câmara de SP aprova projeto que permite extensão da via

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta terça-feira, 20, projeto de lei que modifica o zoneamento no entorno do Rio Jurubatuba, na zona sul, e que vai facilitar a extensão da Marginal do Pinheiros na região. Após 44 votos favoráveis e seis contrários, o PL seguirá para a sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

A primeira aprovação foi na quarta-feira, 14, data da apresentação do projeto. Com isso, o texto foi aprovado em tramitação de apenas seis dias. Após reivindicação de vereadores, o líder do governo na Câmara, vereador Fabio Riva (PSDB), afirma que foi retirado do projeto o artigo que aumentava o potencial construtivo para a região. O texto inicial permitia, por

exemplo, a construção de edifícios sem limite de altura. “Foi suprimido do texto uma parte que dizia acerca do zoneamento, principalmente das questões do coeficiente de aproveitamento e do gabarito de altura” O projeto original era do vereador Paulo Frange (PTB) com texto substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, inserido a pedido da Prefeitura. Pelo acréscimo no texto, foram inseridas intervenções viárias em um trecho de oito quilômetros da margem direita da Marginal. As obras serão executadas entre o Complexo Viário João Dias e a Ponte Vitorino Goulart da Silva. Orçada inicialmente em R\$ 850 milhões, a obra abrange áreas públicas, evitando a necessidade

de desapropriações. Conforme o projeto de lei, o prolongamento da Marginal deverá ser feito em áreas próximas aos sistemas de transporte coletivo de média e alta capacidade, como em linhas de trem, metrô e monotrilho, VLT (Veículos Leves sobre Trilho) e VLP (Veículos Leves sobre Pneus). Frange acredita que as obras possam ser iniciadas em 2023, mas destacou a necessidade de ações de infraestrutura. “Precisamos, ao longo dessa Marginal, de edificações de habitação de interesse social, de habitações que não sejam de habitação social, empresas, prédios hospitalares e hotéis. É uma área muito nobre da cidade.”

A nova marginal também envolve áreas de preservação permanente (APP), que podem

passar por intervenção mediante autorização da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. A futura obra precisará passar por estudos de impacto ambiental e obter autorizações para a supressão de vegetação. Segundo o documento, está prevista a supressão de 285 “individuos arbóreos” de uma área total de 185,5 mil m². Parte dos urbanistas e ativistas do meio ambiente critica a urbanização de uma das poucas margens de rio da cidade que ainda têm características parcialmente naturais. “Um projeto de intervenção urbana na região deveria tentar reverter o paradigma de desenvolvimento imobiliário em um lugar marcado pela vulnerabilidade social e ambiental, principalmente às margens das

represas Billings e Guarapiranga. O projeto aprovado consolida a tendência predatória para a região e sinaliza uma disputa pelo valor da terra, com favorecimento para o desenvolvimento imobiliário. A gente vai assistir a um processo de expulsão das pessoas que ali vivem”, afirma a arquiteta Carolina Heldt D’Almeida, professora da Escola da Cidade e do Instituto Federal de São Paulo. Entre os vereadores, alguns ressaltaram a necessidade de contrapartidas ambientais. “O projeto permitirá a construção de grandes empreendimentos e ampliação viária, em uma área próxima aos eixos de transporte, o que gera fluidez para a cidade mas precisamos ter cautela. Espero que a mudança seja feita com a necessária responsa-

bilidade ambiental e respeitadas as contrapartidas discutidas o que inclui a construção de um parque linear”, avalia a vereadora Cris Monteiro (Novo). Os seis votos contrários ao projeto foram registrados pela bancada do PSOL. Para a vereadora Luana Alves (PSOL), a matéria deveria ser contemplada em uma proposta do PDE (Plano Diretor Estratégico) e não em um Projeto de Lei. A votação “a jato” também foi criticada pelos parlamentares. “Na prática, é uma extensão da Marginal Pinheiros sentido Rio Jurubatuba depois da Ponte Transamérica sentido Avenida Guido Caloi. Só que este perímetro é do PIU Jurubatuba, que está sub judice. É um projeto que corre o risco de cair na Justiça”, disse Luana Alves.

